



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 10ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Resolução Administrativa TRT nº 154/2016
Data de instalação	2/1/2017
Data da última correição	30 de Junho de 2022
Período de correicionado	1º/6/2022 a 31/8/2023

Aos 25 de setembro de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 28/2023, publicado no DJET - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, e da Assistente do Núcleo Jurídico da SCR, Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pela Juíza titular, Adriana Sette da Rocha, pelo Juiz Substituto fixo, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira, pelo Diretor de Secretaria Substituto, Carlos Antônio Côrtes e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/6/2022 a 31/8/2023 (15 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Adriana Sette da Rocha	1º/6/2017 – Ato TRT GP nº 363/2017

1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	1º/2/2022 -Ato TRT13 SCR nº. 02/2022

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Adailton Oliveira da Costa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	1º/6/2017
Antonio Araujo Ramos Junior	Técnico Judiciário	22/2/2022
Antonio Wellington Pereira de Lima	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/6/2017
Carlos Antonio Cortes	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/6/2017
Francois Queiroz da Costa	Técnico Judiciário – Assistente III	9/6/2023
Joao Geraldo Teixeira de Miranda Leite	Técnico Judiciário – Calculista	1º/6/2017
Joarez Luiz Manfrin	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2017
Joel Melquiades da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	1º/6/2017
Josalbo Licario Romão	Assistente III	1º/6/2017
Jose Francisco de Sousa	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/6/2017
Luciana Valenca Miranda Sa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	1º/6/2017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Maria Eduarda R. de Lemos Paula Marques	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/6/2022
Tania Ramos Araujo Pinheiro	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/2/2022

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, diretamente proporcional à função exercida pelo servidor, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que até o presente momento, os servidores da unidade não utilizam a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: : Hórus)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/8/2023, um acervo processual de 1.507 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	611
Fase de Liquidação	14
Fase de execução	875
Cartas precatórias e de ordem	7
TOTAL	1.507

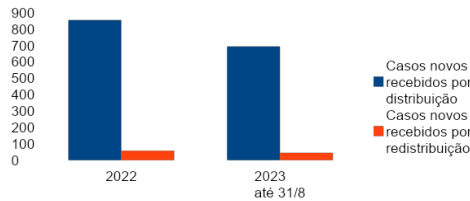
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 31/8
Casos novos recebidos por distribuição	853	693
Casos novos recebidos por redistribuição	58	45
TOTAL	911	738



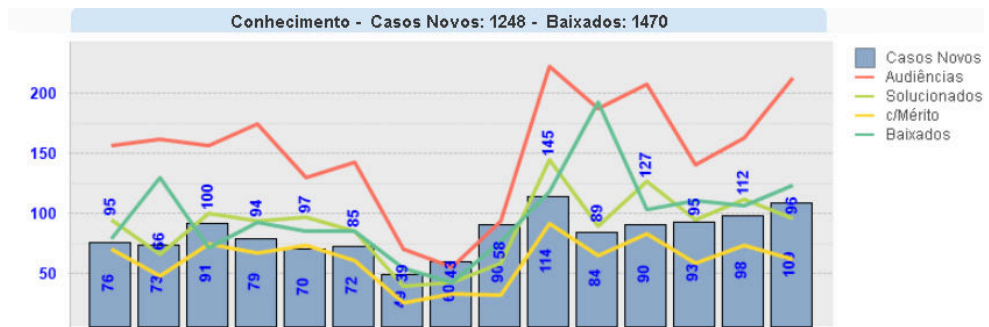
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



No período correicionado, há registro de seis processos com sentenças anuladas e dois processos com sentenças reformadas, ambos pela instância superior, abaixo relacionados.

Sentenças anuladas	Sentenças reformadas
0000621-53.2022.5.13.0029	0001642-40.2017.5.13.0029
0000460-43.2022.5.13.0029	0000040-17.2017.5.13.0028
0000766-09.2022.5.13.0030	
0000076-46.2023.5.13.0029	
0000938-51.2022.5.13.0029	
0000792-10.2022.5.13.0029	

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (junho/2022 a agosto/2023).

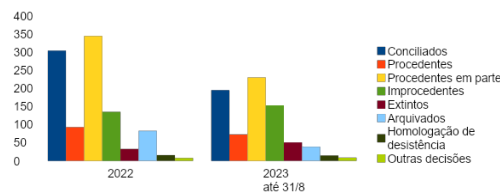




PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/8
Conciliados	304	195
Procedentes	93	73
Procedentes em parte	344	230
Improcedentes	135	153
Extintos	33	51
Arquivados	83	39
Homologação de desistência	16	15
Outras decisões	8	9
TOTAL	1016	765



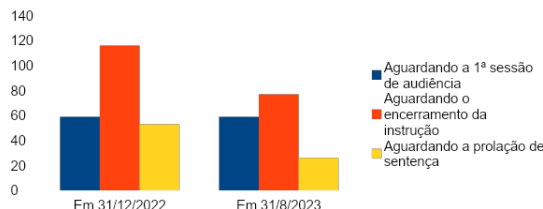
2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 31/8/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	59	59
Aguardando o encerramento da instrução	116	77
Aguardando a prolação de sentença	53	26
TOTAL	228	162



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 31/8	Variação (%)
Fase de conhecimento	712	611	-14,19%
Fase de liquidação	25	14	-44%
Fase de execução	779	875	12,32%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	526	95	488	12	1
Conciliação em conhecimento	35	28	34	14	2
Conciliação em Execução	26	28	44	14	0
Una	48	16	24	16	0
Instrução	40	258	78	262	33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada normalmente realiza audiências de segunda a quinta-feira e, quando necessário, às sextas-feiras, sendo as pautas destinadas a casos mais complexos.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
6/22	167	102	94	216	116	196	118	175	155	156	187	109	128	146,91
7/22	112	132	66	131	122	137	122	121	148	162	124	145	126	123,83
8/22	127	144	124	144	134	109	132	215	155	157	152	230	109	147,91
9/22	211	123	130	161	143	195	170	183	176	175	158	161	164	164,58
10/22	128	112	90	125	116	91	136	126	171	130	104	86	113	116,5
11/22	116	118	123	139	145	175	238	161	140	143	106	188	159	150,66
12/22	74	84	54	60	67	93	131	64	82	70	71	69	67	76,33
1/23	59	26	40	50	45	25	48	39	39	55	28	30	48	39,75
2/23	97	118	113	92	86	84	174	84	121	94	121	92	110	107,66
3/23	267	195	145	172	167	187	157	165	192	223	177	145	102	172,58
4/23	147	113	104	157	90	140	194	104	141	187	129	126	175	135
5/23	230	240	235	212	200	211	244	203	234	208	208	144	192	212,75
6/23	200	153	151	165	87	177	173	144	154	140	116	109	159	149
7/23	110	159	135	165	119	217	170	117	109	163	139	164	162	147,16
8/23	200	147	176	200	169	173	136	152	171	213	156	145	150	164,58
TOTAL	2245	1966	1780	2189	1806	2210	2343	2053	2188	2276	1976	1943	1964	2055,2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até 31/8
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	45	26
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	77	47
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	123	72
Da conclusão à prolação da sentença	23	19
Do ajuizamento até a prolação da sentença	137	90

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 31/8
Embargos de declaração	Recebidos	268	228
	Baixados	250	242
	Pendentes	25	11
Tutela Provisórias	Recebidos	111	82
	Apreciadas	103	68
	Pendentes	2	2
Liquidação/ Execução	Recebidos	89	97
	Baixados	87	85
	Pendentes	13	24

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/6/2022 a 31/8/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	791	756	42
Recurso adesivo	46	45	2
Agravo de petição	196	185	10
Total	1033	986	54



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022: 107** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **212** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **145** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/8** é de **66** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **143** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **97** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **137** dias, para o ano base de **2022** e de **90** dias, relativo a este ano de **2023**, até **31 de agosto**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **369** dias, e de **437** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de agosto**.

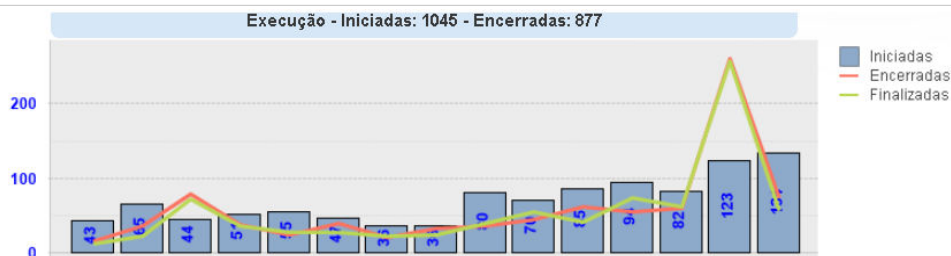
8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2022	2023 até 31/8
Execuções pendentes	603	726
Execuções iniciadas	512	704
Desarquivados	197	329
Recebidos de outros Órgãos	1	1
Execução de título extrajudicial	-	4
Execuções encerradas	411	624
Remetidos a outros Órgãos	1	2
Processos arquivados provisoriamente	234	17
Total de processos pendentes de execução	726	728

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (junho/2022 a agosto/2023).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
	Sistema	2022	2023 até 31/8
Acordo	PJe	R\$ 4.954.291,12	R\$ 3.122.707,15
Espontâneo	PJe	R\$ 47.859,34	R\$ 10.087,60
Execução	PJe	R\$ 3.797.901,29	R\$ 3.839.120,10
TOTAL		R\$ 8.800.051,75	R\$ 6.971.914,85

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/8
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 166.697,59	R\$ 187.645,80
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.203.917,14	R\$ 932.332,18
Imposto de renda	PJe	R\$ 91.114,28	R\$ 63.899,04
TOTAL		R\$ 1.461.729,01	R\$ 1.183.877,02

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORRECIONADO 1º/6/2022 a 31/8/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	388



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	116,52%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	90,87%
Unidade Correicionada	110,69%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **693** casos novos (por distribuição) e **746** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 110,69%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	106,08% da Meta
	98,65% dos processos distribuídos até até 31/12/2020

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	107,29% da Meta 2
	99,77% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	101,33% da Meta 3
	40,53% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	88,92% da Meta 3
	32,90% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	95,81% da Meta 3
	35,45% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	154,46%

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	89,53%
Unidade Correicionada	133,35%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2023-01	42	26	431	323	91,12	92,55	91,73
2023-02	77	46	431	414	78,36	85,19	81,56
2023-03	118	72	421	452	63,98	75,84	69,62
2023-04	193	54	308	479	41,73	70,75	55,62
2023-05	103	83	289	485	35,16	63,32	48,74
2023-06	111	70	263	497	29,00	58,61	43,30
2023-07	106	265	246	307	24,70	33,26	28,82
2023-08	123	80	209	328	19,32	32,03	25,50

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça (IPC-Jus), apresentado anualmente no relatório “Justiça em Números” do CNJ, busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA). Tal método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente de seu porte, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas pelo órgão, que são o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), a Despesa Total do Tribunal e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias de primeiro grau é o aumento do quantitativo de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento significativo no quantitativo de processos baixados da unidade correicionada, no que se refere às fases de conhecimento e execução, entre os anos de 2021 e 2022, e vem mantendo uma ótima progressão, neste exercício de 2023, especificamente de janeiro a agosto.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 31/8
Fase de conhecimento	786	1058	873



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de execução	420	481	698
------------------	-----	-----	-----

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.170
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.150
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.121
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.096
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.063
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.058
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.028
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.014
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	980
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	969
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	892
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/conhecimento até 31/8)

10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	873
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	839
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	787
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	781
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	780
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	750
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	749
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	744
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	722
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	720
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	713
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	690
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	682



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	832
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	734
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	712
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	698
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	655
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	634
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	622
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	589
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	586
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	585
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	481
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	363
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	319

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/execução até 31/8)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	766
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	745
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	698
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	577
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	497
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	493
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	469
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	357
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	315
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	296
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	294
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **180ª colocação**, entre as 1.570 varas do país e em 3ª posição em relação à sua jurisdição, ambas no **1º quartil**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (529 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/7/2022 a 30/6/2023):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtividade peso 0,2	Tx congest peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	5º	8º	181º	1º	41º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	2º	1º	197º	8º	33º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	53º	48º	215º	6º	1º
13ª Região - PB 10ª VT de João Pessoa	74º	58º	35º	387º	81º	170º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência de 1º/7/2022 a 30/6/2023 - atualizado em 27/7/2023):

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	91,76	8,52	169,66
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	30,75	45,03	146,25
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	118,16	52,96	481,22
13ª Região - PB 10ª VT de João Pessoa	74º	113,55	74,27	356,28



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	1230	667	12
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1081	202	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	1867	623	10
13ª Região - PB 10ª VT de João Pessoa	74º	1162	613	13

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro/2022, dezembro/2022 (após reprocessamento das cargas do e-Gestão), março/2023 e junho/2023, estando a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 5 de setembro de 2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 22	224º	227º	133º	1030º	252º	384º
dezembro 22	186º	205º	110º	1026º	215º	381º
março 23	254º	147º	105º	1291º	282º	494º
junho 23	180º	135º	85º	1292º	180º	417º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país - (1º/7/2022 a 30/6/2023 - atualizado em 27/7/2023):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara	Colocação no IGEST
11ª VT JPA	56º
13ª VT JPA	113º
10ª VT JPA	180º
1ª VT JPA	372º
7ª VT JPA	435º
8ª VT JPA	472º
4ª VT JPA	508º
3ª VT JPA	525º
12ª VT JPA	537º
5ª VT JPA	577º
9ª VT JPA	620º
2ª VT JPA	699º
6ª VT JPA	763º

JUÍZES

13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular

ADRIANA SETTE DA ROCHA			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	15/6/2022 a 16/6/2022	2
Férias	SAOAdm	17/6/2022 a 3/7/2022	17
Férias	SAOAdm	23/11/2022 a 25/11/2022	3
Férias	SAOAdm	26/11/2022 a 11/12/2022	16
Férias	SAOAdm	18/12/2022 a 21/12/2022	4
Férias	SAOAdm	1º/2/2023 a 20/2/2023	20



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Licença saúde	SAOAdm	16/5/2022 a 14/6/2022	30
Licença saúde	SAOAdm	4/7/2022 a 10/7/2022	7
Licença saúde	SAOAdm	18/7/2022 a 15/9/2022	60
Licença saúde	SAOAdm	8/8/2023 a 10/8/2023	3

Juiz Substituto

RODRIGO ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	12/3/2023 a 31/3/2023	20
Férias	SAOAdm	1º/4/2023 a 20/4/2023	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular, do Magistrado substituto fixo e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/6/2022 a 31/8/2023)

Magistrado	Una	Instrução/ julgamento	Inicia l	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Adriana Sette da Rocha	36	321	429	61	89	936
Rodrigo Anderson F. Oliveira	64	286	589	58	67	1064
Fernando Luiz D. Barboza	-	-	-	2	2	4
Luiz Antonio Magalhaes	2	8	24	2	1	37
Lindinaldo Silva Marinho	-	1	-	-	-	1
George Falcão Coelho Paiva	-	14	64	-	4	82
Alisson Almeida de Lucena.	-	35	-	2	22	59
Ana Paula de C. Scolari	3	17	20	1	2	43
Francisca Poliana A. Rocha de Sa	-	9	5	-	-	14
Larissa Leonia B. de Andrade Albuquerque	1	6	8	-	14	29
Mariana Petit H. de Brito	-	-	-	-	7	7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13.3 Incidentes julgados (1º/6/2022 a 31/8/2023)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação / Execução	Total
Adriana Sette da Rocha	130	56	65	251
Ana Paula de Carvalho Scolari	7	2	-	9
Alexandre Amaro Pereira	5	-	-	5
Mariana Petit Horácio de Brito	1	-	1	2
Luiz Antonio Magalhaes	4	1	-	5
Fernando Luiz Duarte Barboza	1	-	1	2
Aercio Pereira de Lima Filho	1	-	-	1
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	1	1	1	3
Paulo Nunes de Oliveira	1	-	-	1
Alisson Almeida de Lucena.	8	1	-	9
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	193	58	56	307
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	2	-	-	2
George Falcão Coelho Paiva	28	2	2	32

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

14.1. Processos solucionados

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriana Sette da Rocha	156	53	149	91	5	31	40	16	541
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	161	50	208	125	2	38	14	19	617



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Alexandre Amaro Pereira	-	-	3	3	-	-	-	-	6
Alisson Almeida de Lucena	9	1	15	5	-	-	-	-	30
Ana Paula de Carvalho Scolari	8	3	8	4	-	2	1	-	26
Fernando Luiz Duarte Barboza	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Francisca Poliana A. Rocha de Sa	2	4	6	-	-	-	-	-	12
George Falcão Coelho Paiva	18	9	20	9	1	9	2	1	69
Larissa Leonia B. de Andrade Albuquerque	4	-	4	1	-	-	-	-	9
Lindinaldo Silva Marinho	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Luiz Antonio Magalhaes	3	1	14	2	-	3	-	-	23
Paulo Nunes de Oliveira	-	-	3	1	-	-	-	-	4

No período correicionado, a Juíza titular laborou 289 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,87 processo/dia. O Juiz substituto laborou 373 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,65 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.2. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	714
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	473
Homologação da Transação Extrajudicial	82
Consignação em Pagamento	25
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	23
Ação de Cumprimento	5
Ação Civil Coletiva	5
Embargos de Terceiro Cível	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	3
Produção Antecipada da Prova	3
Ação Civil Pública Cível	2
Tutela Cautelar Antecedente	1
Ação de Exigir Contas	1
Tutela Antecipada Antecedente	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Adriana Sette da Rocha	179	88,61%
Aercio Pereira de Lima Filho	-	0%
Paulo Nunes de Oliveira	1	33,33%
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	218	84,5%
Alexandre Amaro Pereira	3	100%
George Falcão Coelho Paiva	4	13,79%
Alisson Almeida de Lucena	-	0%
Luiz Antonio Magalhaes	14	93,33%
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	0%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fernando Luiz Duarte Barboza	-	0%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	6	60%
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	0%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Adriana Sette da Rocha	540
Aercio Pereira de Lima Filho	1
Alexandre Amaro Pereira	6
Alisson Almeida de Lucena	30
Ana Paula de Carvalho Scolari	24
Fernando Luiz Duarte Barboza	2
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	12
George Falcão Coelho Paiva	69
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	9
Lindinaldo Silva Marinho	1
Luiz Antonio Magalhaes	23
Paulo Nunes de Oliveira	4
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	573

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 23 dias

Magistrados	Dias
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	39
Adriana Sette da Rocha	6
George Falcão Coelho Paiva	14
Alisson Almeida de Lucena	6
Luiz Antonio Magalhaes	16
Ana Paula de Carvalho Scolari	53
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	19
Alexandre Amaro Pereira	20
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Paulo Nunes de Oliveira	17
Aercio Pereira de Lima Filho	34
Fernando Luiz Duarte Barboza	2

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo o Juiz Substituto Fixo da unidade correicionada, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira, enviado resposta em 01/12/2022, destacando que a unidade vem envidando esforços para alcançar todas as metas do CNJ.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio da intranet do TRT13, seguindo caminho descrito: -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre junho de 2022 e agosto de 2023 - 15 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 145.779,84
Pagamento em favor do perito	R\$ 14.760,91
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 660.395,16
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 627.882,62
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 127.115,59
Recolhimento de custas processuais	R\$ 15.851,30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Recolhimento de imposto de renda	R\$ 9.222,59
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 229,87
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 45.995,77
Total	R\$ 1.647.233,65

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000203-86.2020.5.13.0029, 0000164-61.2020.5.13.0006, e 0000677-62.2017.5.13.0029.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD N° 1882/2023), a Juíza titular, Adriana Sette da Rocha, e o Juiz substituto fixo, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira, não participaram, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, apenas se fizeram presentes em cursos de formação continuada (art. 39 da Resolução ENAMAT n.º 28, de 28 de setembro de 2022), abaixo relacionados.

Magistrados	Descrição
ADRIANA SETTE DA ROCHA RAPOSO	CFC sobre o direito e o processo do trabalho nas recuperações judiciais e falências, na modalidade de educação a distância



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	III Simpósio Nacional e II Internacioanal povos indígenas, negro/as e religiosos/as de matriz africana e afro-indígena
RODRIGO ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA	Seminário sobre o uso das redes sociais pelos Magistrados CFC sobre administração de Varas do Trabalho - EAD TELETRABALHO - Proad 9085/2022

Os servidores, Antonio Araujo Ramos Junior, João Geraldo Teixeira de Miranda Leite e Josalbo Licario Romão, lotados na Unidade correicionada, não participaram de capacitações, consoante informado pela Ejud (PROAD N° 1882/2023) e Segepe (PROAD 2478/2023), em 2022. Os demais servidores, abaixo relacionados, estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição
ADAILTON OLIVEIRA DA COSTA	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA OUT/2022) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA OUT/2022) / ENAP
ANTONIO WELLINGTON PEREIRA DE LIMA	FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PRECATÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO / ENAMAT LIVE No 029/2022 - ASPECTOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
CARLOS ANTONIO CORTES	TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PRECATÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO / ENAMAT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	LIVE No 029/2022 - ASPECTOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIÃO
FRANÇOIS QUEIROZ DA COSTA	TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA
JOAREZ LUIZ MANFRIN	LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPES (TURMA ABR/2022) / ENAP INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (TURMA ABR/2022) / ENAP GESTÃO POR COMPETÊNCIAS (TURMA ABR/2022) / ENAP
JOEL MELQUIADES DA SILVA	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) / ENAP AUTOCONHECIMENTO E MOTIVAÇÃO (TURMA AGO/2022) / ENAP
JOSE FRANCISCO DE SOUSA	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP
LUCIANA VALENCA MIRANDA SA	CONHECENDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO -TURMA 1 / ILB GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 1 / ILB
MARIA EDUARDA RODRIGUES DE L. P. MARQUES	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA DEZ/2022) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA DEZ/2022) / ENAP
TANIA RAMOS ARAUJO PINHEIRO	TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - REVISÃO E ATUALIZAÇÃO - MÓDULO II - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO TRT - JURISPRUDÊNCIA CONTEMPORÂNEA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDO TRT - IGUALDADE E INCLUSÃO RACIAL NO JUDICIÁRIO /



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE E CIVIL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - EMPREGADOS DOMÉSTICOS, TRABALHADORES RURAIS E MOTORISTAS PROFISSIONAIS (MÓDULO I) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
--	--

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 10 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não houve registro de manifestação, nos últimos seis meses, na unidade correicionada.

21. RECOMENDAÇÕES

À magistrada e ao magistrado

1. Recomendações gerais

- adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

c) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

d) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

2. Recomendações específicas

a) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;

b) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos, evitando o ocorrido no processo 0000137-04.2023.5.13.0029, onde foi determinado o sobrestamento do feito para aguardar o pagamento de RPV, assim como evitar que processos aguardem no prazo o desfecho de outro processo, quando deveriam estar sobrestados, a exemplo do processo 0000304-31.2017.5.13.0029;

c) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo *Hórus* e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a incluir no GIGS a atividade “Acordo”, e no campo “observações”, relacionar as parcelas do acordo restantes para o cumprimento total da obrigação, nos termos da Recomendação TRT 13 SCR nº 004/2023. Já no campo “prazo”, preencher a data de vencimento da parcela mais próxima, acrescentando-se 05 (cinco) dias, evitando o ocorrido nos processos 0000098-41.2022.5.13.0029, 0000778-89.2023.5.13.0029, e 0000730-33.2023.5.13.0029;
- d) orientar a equipe a observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0000203-86.2020.5.13.0029, 0000164-61.2020.5.13.0006, e 0000677-62.2017.5.13.0029;
- e) orientar a equipe a atentar quando da inclusão de prazo nas intimações para pagamento de requisições de pequeno valor que tramitam na unidade, que se trata de prazo corrido de 2 meses, evitando-se o preenchimento de 60 dias ou qualquer outro prazo em “dias” na aba expedientes, nos termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022, a exemplo do ocorrido no processos 0000137-04.2023.5.13.0029, 0000095-07.2021.5.13.0002, e 0000208-40.2022.5.13.0029;
- f) orientar a equipe a utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

Aos(às) servidores(as)

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;
- b) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores e discriminando os beneficiários dos pagamentos, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000494-52.2021.5.13.0029, e 0000801-35.2023.5.13.0029;
- c) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR N° 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0000203-86.2020.5.13.0029, 0000164-61.2020.5.13.0006, e 0000677-62.2017.5.13.0029;
- d) atentar quando da inclusão de prazo nas intimações para pagamento de requisições de pequeno valor que tramitam na unidade, que se trata de prazo corrido de 2 meses, evitando-se o preenchimento de 60 dias ou qualquer outro prazo em “dias” na aba expedientes, nos termos da Recomendação TRT13 SCR N° 007/2022;
- e) utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa permanece buscando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (116,52%), 2 (106,08%), 3 (101,33%) e 5 (154,46%) de 2022, pelo que parabeniza magistrados(as) e servidores(as).

De igual modo, a unidade correicionada apresenta excelentes índices relativos às metas do CNJ para o ano de 2023: Meta 1 (110,69%), Meta 2 (107,53%) e Meta 5 (133,35%), estando próxima do atingimento da Meta 3 (95,81%), com índice de conciliação de 35,45%.

Tratando-se do Igest, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem se mantido no primeiro quartil, na colocação 180ª da classificação nacional elaborada pelo TST, assumindo a terceira posição em relação à sua jurisdição, pelo que parabeniza os servidores, a magistrada titular e o magistrado substituto pelos índices alcançados.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação dos magistrados(as) e servidores(as) em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, em conformidade com o Ato TRT13 SCR Nº 28/2022.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Secretária da Corregedoria Regional Substituta, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 (oito) dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A presente Ata será publicada no DEJT, disponibilizada no PjeCor, e inserida na página oficial da Corregedoria Regional na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000249-41.2021.5.13.0029	0000875-13.2022.5.13.0001	0000907-94.2023.5.13.0029
0000947-76.2023.5.13.0029	0000137-04.2023.5.13.0029	0000362-24.2023.5.13.0029
0000801-35.2023.5.13.0029	0000941-06.2022.5.13.0029	0000121-26.2018.5.13.0029
0000095-07.2021.5.13.0002	0000296-49.2020.5.13.0029	0001691-81.2017.5.13.0029
0000066-02.2023.5.13.0029	0000098-41.2022.5.13.0029	0000705-54.2022.5.13.0029
0000208-40.2022.5.13.0029	0000970-22.2023.5.13.0029	0000778-89.2023.5.13.0029
0000730-33.2023.5.13.0029	0000027-05.2023.5.13.0029	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000494-52.2021.5.13.0029	0001677-97.2017.5.13.0029	0000803-39.2022.5.13.0029
0000787-85.2022.5.13.0029	0001683-07.2017.5.13.0029	0000694-64.2018.5.13.0029
0000162-22.2020.5.13.0029	0000597-59.2021.5.13.0029	0000791-25.2022.5.13.0029
0000304-31.2017.5.13.0029		